

ATA DA TERCEIRA SESSÃO DO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA, "PALÁCIO BENEDITO SILVEIRA COUTINHO" EM (23) VINTE E TRÊS DE MAIO DE 2022, SOB A PRESIDENCIA DO SENHOR ANTONIO MANOEL DA SILVA.

Aos (23) vinte e três dias do mês de maio do ano de 2022, às dezesseis horas, realizou-se a terceira Sessão Ordinária do segundo período, presentes: vereador-Presidente Antônio Manoel da Silva, José Adelson da Silva Júnior 2º Secretário e os Vereadores: Ezequiel Gomes de Azevedo, Alberto Canto da Silva, Sergio Ricardo Wanderley Lins de Holanda, Lourivaldo Antônio Marcolino da Silva, Jailson Jorge Lopes da Silva, Manoel Barbosa da Silva Filho, Luciano Marinho da Silva e Fernanda Carla Ferreira dos Santos, faltando a reunião os vereadores: José Borges de Oliveira Filho Vice-presidente, Leandro José da Silva 1º Secretário e Genivaldo José Florêncio, havendo quórum regimental de Vereadores o presidente em nome de Deus deu por aberta à sessão, na ordem do dia encontrava-se a ata da reunião anterior, a qual depois de lida foi colocada em discussão, não tendo discussão colocou em votação, a mesma foi aprovada pelos presentes. O presidente convidou o vereador Luciano Marinho para assumir a segunda secretaria. Leitura do projeto de Lei nº 08/2022 de autoria do executivo municipal para primeira discussão, o qual autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento municipal e dá outras providências, o presidente colocou em discussão e não tendo encaminhado para as comissões. O vereador Manoel pergunta ao presidente se tem alguma informação do executivo sobre o projeto dos professores pois já faz mais de quinze dias. O presidente respondeu que está à espera do procurador, não sabe porque ainda não enviou o projeto para esta casa pois o prefeito já autorizou e até agora não chegou. Não tendo mais nenhuma matéria no pequeno expediente, o presidente passou para o grande expediente e por ordem de inscrição fez uso da palavra o vereador Manoel Barbosa o qual cumprimentou todos presentes, falou a respeito do Projeto dos Professores, disse as comissões de justiça e Redação e Finanças e orçamento que o projeto não seria necessário ser devolvido à prefeitura, pois se existia um artigo inconstitucional, a comissão de Justiça e Redação poderia fazer as correções, e fazer a retirada deste artigo, o que o deixa triste, foi que não teve discussão com as classes dos professores nem com o sindicato, a reunião foi cancelada porque o procurador não estava no município, o projeto já estava na casa não precisaria mais do procurador, mais uma vez protela o projeto, já não bastasse o prazo que os professores vão receber a partir de julho, nós precisamos ter transparência com os professores e com o povo de Água Preta, isso não tem sido feito, as comissões não tem discutido como tem que ser, já não basta o retroativo de janeiro a junho que não vai ser pago, que é outra inconstitucionalidade, pois a lei é clara, tem que pagar, embelezou com os quarenta por cento, deu com uma mão e tirou com as duas, pede que possam abrir esse diálogo com os professores, sindicato e discutir, com transparência e sem medo de enfrentar as instituições, não podemos ser um puxadinho do executivo, essa casa tem poder, foi o povo que nos deu para representarmos eles, poderíamos ter resolvido e hoje está aprovando o projeto, mais temos que esperar o procurador, espero que ele chegue logo e o projeto volte para essa casa e possamos discutir com clareza. O vereador José Adelson

Ally
Benedito
147
B

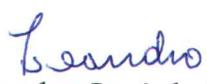
pede uma parte disse ao vereador Manoel que suas insatisfações e seus anseios não é diferente de todos vereadores desta casa, até porque é uma classe importante na sociedade aguapretana, e nós temos o intuito de defender o povo, fica triste também com a aberração jurídica que a procuradoria deste município cometeu, tem dialogado muito com o sindicato na pessoa do Emanuel, se reunido na prefeitura e no próprio sindicato para discutir essa questão, prego muito um dialeto, junto com o executivo entrar no entendimento para poder trazer para o povo uma melhoria, porque na quebra de braço as vezes não funciona, a devolução foi nesse sentido que o procurador tivesse a responsabilidade de trazer para esta casa um projeto redondo, que fizesse o anseio do prefeito Noé que é de atender essa classe com quarenta por cento do aumento, também a devolução não foi só os artigos, e sim a falta do estudo do impacto financeiro, que a contabilidade que presta serviço a esse município deveria dá de forma legal, não adianta aprovar um projeto que deu um aumento e depois o município sofrer com esse aumento, é preciso que a procuradoria mande a essa casa um projeto constitucional e ainda com esse impacto, espera que ele tenha compromisso e responsabilidade e possa atender essa classe, tem também o projeto da Cozinha comunitária, um projeto do governo do estado que trouxe para o município, o dinheiro está na conta e precisamos regulamentar, na contabilidade não existe recurso para ser remanejado, por isso precisamos deste crédito. O vereador Manoel continua e agradece ao vereador por contemplar suas palavras, mais tudo o que o procurador fez o prefeito assinou em baixo, disse que antes de divulgar nas redes sociais, como esse aumento de quarenta por cento, é preciso ter um planejamento, sabe que foi um momento de muita alegria, o prefeito veio a esta casa, onde todos vereadores ficaram satisfeito, onde nenhum município fez, se ele teve a ousadia de anunciar o aumento, ele estava acobertado pelo financeiro, e esse não é o primeiro projeto que vem a esta casa sem as planilhas, os projetos que vem a essa casa está sendo de maneira imediatista tendo que ser votado às pressas, são coisa que vai ficar para o resto da vida dos profissionais, falou dos profissionais que estão há um ano e meio a espera de melhorias da sua classe para poder se aposentar, pois esta casa revogou as leis que não era mais da sua competência, se existisse alguma inconstitucionalidade que o tribunal de justiça ou a prefeitura entrasse com uma ação, hoje esses profissionais estão prejudicados, então precisamos observar para que não venha prejudicar mais pessoas. Fez uso da palavra o vereador Luciano Marinho o qual cumprimentou todos presentes, disse que logo que a Comissão de Justiça viu que o projeto estava inconstitucional resolveu devolver para que o procurador consertasse, pede ao presidente que oficialize o executivo para que envie o projeto para esta casa com urgência, porque o que chegar de bom vamos aprovar, foi um sonho quando disse que seria quarenta por cento, que venha de uma forma certa, Água Preta hoje é uma cidade que é muito bem governada, ficou muito feliz que no Bairro do cruzeiro está calçando outra rua, aquele bairro sofrido as coisas estão andando, no dia primeiro tivemos uma grande festa, e isso aquece a economia, são muitas ações, mais infelizmente tem um calo que é essa questão, e pede ao procurador que encaminhe para esta casa o projeto, pois queremos aprovar. Esse ano é de eleição, e o governador é o melhor, pelo menos para Água Preta, muitas ações, na estrada que vai para usina Santa Tereza, na ordem de mais de trinta milhões sendo investido, são muitas ações que estão vindo, na ordem de mais de seis milhões, tem

Ally
Luciano
17
B

também o apoio de um amigo que está trazendo uma ambulância, o nosso amigo Clodoaldo e muita ainda há de vim para todos os bairros da nossa Água Preta. Não tendo mais nenhum vereador escrito em nome de Deus deu por encerrada a sessão. Eu, Ana Cristina Silva Aroeira lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente, Vice-presidente, Primeiro e Segundo Secretário.


Antônio Manoel de Silva
Presidente


José Borges de Oliveira Filho
Vice-presidente


Leandro José da Silva
1º Secretário


José Adelson da Silva Júnior
2º Secretário